

**NILTON SANTIAGO**, Vereador regularmente eleito para o mandato legislativo no município de Votuporanga/SP, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela legislação municipal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar o presente:

**REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DAS FÉRIAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL**

Com fundamento na **Lei Municipal nº 6.652, de 14 de janeiro de 2021**, regulamentada pelo **Ato da Mesa nº 12, de 12 de agosto de 2022**, bem como à luz das disposições subsidiárias contidas na **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, passa a expor e requerer o que segue:

## **I. DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

**1. Período Aquisitivo Regularmente Cumprido**

Nos termos estabelecidos no **Artigo 2º do Ato da Mesa nº 12/2022** e no **Artigo 1º-A da Lei Municipal nº 6.652/2021**, o direito às férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) sobre o valor integral do subsídio, é garantido exclusivamente aos Vereadores que tenham cumprido integralmente o período aquisitivo correspondente a 12 (doze) meses consecutivos de mandato.

Durante o período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, o requerente exerceu plenamente sua função parlamentar junto à Câmara Municipal de Votuporanga, como demonstram os registros de presença nas sessões ordinárias e extraordinárias, bem como a atuação em outras atribuições institucionais e legislativas. Assim, o requerente preenche integralmente os requisitos legais para o gozo de férias equivalentes ao período aquisitivo mencionado, bem como o pagamento correspondente ao adicional constitucional de 1/3 (um terço).

## 2. Licença para Tratar de Interesse Particular

Informa ainda o requerente que, a partir de **1º de janeiro de 2025**, encontra-se formalmente licenciado para tratar de interesse particular, conforme disciplina o Regimento Interno da Câmara Municipal e a legislação aplicável. Essa licença não interfere nos direitos adquiridos com relação ao período aquisitivo anterior ao afastamento, visto que **o tempo de efetivo exercício do**

mandato legislativo em 2024 gerou a totalidade do benefício das férias e do terço constitucional correspondentes.

### 3. Previsão Legal das Férias e do Terço Constitucional

O direito ora pleiteado está devidamente respaldado pela legislação local, notadamente:

- **Artigo 1º-A da Lei Municipal nº 6.652/2021**, que assegura aos vereadores o direito às férias anuais remuneradas, acrescidas do adicional constitucional de 1/3 do subsídio;
- **Artigos 2º, § 1º e seguintes, do Ato da Mesa nº 12/2022**, que regulamentam os critérios e condições para o usufruto de férias e o pagamento do respectivo terço constitucional.

Desse modo, considerando a legislação aplicável e o período aquisitivo completado em **31 de dezembro de 2024**, o direito às férias anuais, bem como ao respectivo adicional de 1/3, é incontroverso e exigível.

### 4. Direito ao Benefício Antes do Afastamento por Licença

Embora o afastamento por licença a partir de 1º de janeiro de 2025 implique na interrupção do exercício do mandato, a legislação municipal (relativa às férias e aos direitos decorrentes do período aquisitivo), complementada pela aplicação analógica do **Art. 146, parágrafo único da CLT**, assegura que o referido período seja respeitado, com o pagamento correspondente das férias e do terço constitucional antes da formalização do afastamento.

A interrupção da vereança a partir de 2025 não interfere nos valores devidos nas férias já maturadas pelo requerente.

## II. DO PEDIDO

Ante o exposto, o requerente solicita à **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Votuporanga/SP**, por intermédio de Vossa Excelência, que sejam adotadas as providências necessárias para:

1. **Pagamento integral das férias anuais** correspondentes ao período aquisitivo de **1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024**, calculadas com base no subsídio do requerente ao término do referido período;
2. **Inclusão do adicional constitucional de 1/3** sobre o valor das férias, conforme estabelecido no **Artigo 1º-A da Lei nº 6.652/2021** e no **Artigo 2º do Ato da Mesa nº 12/2022**;
3. **Providências administrativas** junto ao setor de Recursos Humanos e Contabilidade para calcular e apurar os valores devidos, a serem quitados por esta Casa Legislativa.

### III. DO AMPARO LEGAL

Este requerimento fundamenta-se na legislação municipal e federal que regula o presente direito, especialmente:

1. Lei Municipal nº 6.652/2021;
2. Ato da Mesa nº 12/2022;
3. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma subsidiária e complementar;
4. Princípios administrativos da legalidade e eficiência, como garantia da prestação célere do benefício solicitado.

Nestes termos, pede deferimento.

Votuporanga/SP, 6 de janeiro de 2025.

  
NILTON SANTIAGO

Vereador licenciado

